

DA SOCIEDADE AO DIREITO
INDAGAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: Uma das características mais salientes e perversas do nosso *viver habitualmente* atual é a insensibilização não apenas às desgraças e interpelações em curso (como as doenças, as guerras, a fome), como uma grande indiferença face às anunciadas catástrofes que nos ameaçam, não longinquamente, mas para amanhã. Centrado na experiência pessoal do autor, o presente artigo procura indagar algumas regularidades de nesciência e alertar para perigos iminentes, numa proto sociologia normativa radicada no sujeito indagador. Finaliza com uma reflexão sobre as consequências jurídicas de um tal caldo de cultura social.

Palavras-chave: Memória, Hábito, Vida ativa, passividade, subsidiodependência, produtividade, trabalho, vazio, esbanjamento, personalidade, individualidade, Direito atual.

Abstract: One of the most prominent and perverse characteristics of our current *habitual life* is the insensitivity not only to the misfortunes and challenges that are taking place (such as diseases, wars, hunger), but also a great indifference towards the announced catastrophes that threaten us, not in the distant future, but for tomorrow. Focused on the author's personal experience, this article seeks to investigate some regularities of ignorance and to warn of imminent dangers, in a normative proto-sociology, rooted in the inquiring subject. It ends with a reflection on the legal consequences of such a social culture broth.

Keywords: Memory, Habit, Active life, passivity, subsidy dependence, productivity, work, emptiness, waste, personality, individuality, current Law.

I. *Memórias do Perguntar*

Embora possa não parecer as mais das vezes, em muito grande medida até muitas das mais abstratas teorizações começam com impulsos subjetivos, que assim mereceriam abordagem desvendadora autobiográfica. Isso, porém, em geral parece

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal. Professor Catedrático da Universidade do Porto (em licença para o exercício da magistratura).

enfraquecer a aura de respeitabilidade teórica das ditas teorizações, e por tal razão é frequentemente escamoteado. Por exemplo, as teorias jurídicas têm autoria. Mas quantos foram os autores que, como Kelsen², conseguiram passar a barreira de respeitabilidade do anonimato?

Seja como for, não nos preocuparemos com essa aura, e começaremos com uma introspeção de “egohistória”³, olhando reflexões passadas. E passaremos a falar na primeira pessoa do singular em alguns passos.

Ainda me recordo com límpida clareza dessa infância perscrutadora e algo titubeante em que começava a tentar entender o Mundo. Essa tarefa (ou missão até) de indagação nunca a deixei, de resto, de empreender. Simplesmente, a partir de certa idade e do acumular de dadas experiências, comecei (bem ou mal) a presumir que já dominava algumas regularidades, tendências, padrões, ou mesmo leis. Entendam-se leis, aqui, no mesmo sentido latíssimo que lhes dá Montesquieu, logo no início do seu monumental e mais que clássico *De l'Esprit des lois* (1748): “Les lois [...] sont les rapports nécessaires qui dérivent de la nature des choses”⁴.

É certo que essa consciência da repetição de efeitos derivados de certas causas era por mim sempre moderada, sempre considerada a benefício de inventário.

Na primeira meninice, as coisas ter-se-iam passado diferentemente. Filósofo nato, a criança (em princípio qualquer criança...) espanta-se e pergunta. No meu caso, preferia investigar por mim mesmo. Talvez me tivesse até apercebido do embaraço ou aborrecimento de alguns adultos perante certas outras crianças excessivamente perguntadoras. Sobretudo quando as perguntas são embaraçosas, ou excessivamente impertinentes...

Uma empregada doméstica mais resposdona, a mim me terá retorquido, quando junto dela procurava saber já não sei o quê, mas deveria ser algo de bastante banal:

“_ São línguas de perguntador!” - disparou, desenvolta, repelindo o meu interesse, assim visto como impertinente.

Mas as crianças e adolescentes que não estão amorfos, que querem saber mais, encontravam outras vias para indagar, além da pergunta direta. Hoje, pesquisam na

² Todos os juristas devem associar a teoria pura do Direito a Kelsen: KELSEN, Hans — *Reine Rechtslehre*, trad. port. e prefácio de João Baptista Machado, *Teoria Pura do Direito*, 4.^a ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1976.

³ CHAUNU Pierre, *et alii* — *Essais d'Ego Histoire*, Paris, Gallimard, 1987, trad. port., *Ensaio de Ego-História*, trad. port., Edições 70, Lisboa, 1989.

⁴ MONTESQUIEU — *De l'Esprit des lois* (ed. de Victor Goldschmidt), Paris, Garnier-Flammarion, 1979, I, 1, p. 123.

Internet, que lhes responde como pode e sabe. Nos tempos em que não existia, os oráculos eram outros. A leitura, na época, e desde logo a de um género hoje em vias de desaparecimento, as enciclopédias, era uma larga porta a abrir por quem queria saber. Alguns professores também, evidentemente.

Mesmo com a recusa de ajuda por parte de alguns, como a voluntariosa empregada, lá fui tentando entender o Mundo, e ficando os pés mais firmemente na terra, até abalanchando-me, com o tempo, a percorrê-la. Viajar é também uma das formas de indagar e absorver a Terra. Mais tarde, com efeito, haveria de ser um razoável viajante (claro que nada do que são os *globetrotters* de hoje).

As coisas a saber naturalmente se me afiguravam, já muito cedo, como podendo dividir-se em dois grandes hemisférios: por um lado, havia os conhecimentos (artísticos, literários, ou científicos e técnicos) que podiam ser colhidos nos livros e junto dos professores, normalmente através de consultas e perguntas mais ou menos diretas; mas por outro lado, começavam a desenhar-se os contornos de uma *terra incognita* muito mais sutil, ainda hoje dificilmente definível ou mesmo suscetível de descrição... Aí, ou sobre isso é que os “porquê” se revelavam mais complexos.

Não se pense que falo – com tanto *suspense* – de questões filosóficas, da própria Filosofia. Não. As perguntas da Filosofia fui aprendendo a identificá-las com bastante facilidade. Acabavam por ser um arquipélago de questões dispersas, mas com bandeira comum, um estilo próprio. Assim como a “musicalidade” ou “toada” das suas interrogações discursivas. Entendi como jogar esse jogo, um dos mais interessantes, interpelantes, mas mais um...

O tipo de interrogação a que me refiro agora era outro, cuja densidade ainda atualmente tanto posso representar como um nada plano e claro da ausência, como com a metáfora das trevas da ignorância...

Alguns dirão que estamos em plena Filosofia ainda... Concedamos. Não é de classificações que curamos. Pelo menos Pascal nas *Provinciales* ensinou-nos a não disputar sobre palavras (e rótulos) mas acerca de conteúdos, de sentidos.

Com os parâmetros epistémicos de hoje, tentarei algumas aproximações a esse segundo mundo de preocupações, que já se me ia revelando na infância: têm aspetos retóricos, psicológicos, sociológicos e técnicos, pelo menos. Mas voltemos às embalagens ou caixinhas e etiquetas: nem sequer é importante ou muito significativa essa catalogação. Indo mais diretamente ao assunto: a grande e primeira questão estava em entender as argumentações dos então mais velhos. Parecia então (e ainda me parece)

que as pessoas dizem muitas coisas com intenções veladas, para atingir objetivos não confessados (e por vezes inconfessáveis). Não raro, falam para se vangloriar ou para se queixar, ou acusar os outros, e tudo isso tem funções catárticas...

Frequentemente, dizem uma coisa querendo afirmar (ou pressupor) uma outra. E são muito mais significativos os silêncios (e a expressão corporal) que as palavras...

Além destas questões retóricas, e servindo-se delas, pode generalizar-se um pouco mais, e nesse plano um tanto superior avulta a grande interrogação sobre as práticas, as *démarches*, as estratégias humanas. Afinal, o que faz correr (ou não) as pessoas?

Já em pequeno eu me interrogava sobre o cirandar insano de alguns, e a indolência modorrenta de outros.

Fui colecionando ao longo dos anos creio que não mais que meia-dúzia (uma dúzia, com sorte) de ensinamentos, sobre o comportamento psicossocial das gentes, naturalmente divididas por diferentes grupos.

Confesso que sempre que vejo alguém ignorar a lição dessas máximas por mim tão arduamente decantadas das experiências da vida (e um pouco, mais mediatamente, da ficção, literária, cinematográfica, etc.), ainda me ocorre “escandalizar-me” ou ensombrar-me um pouco.

Mas injustamente. Porque facilmente eu poderia não haver descoberto essa pólvora, como provavelmente aqueles que observo não chegaram lá... Em grande medida é uma questão de sorte. Mesmo uma psicologia observadora e meditativa (ao mesmo tempo) é em boa parte obra da *Fortuna*.

Há ainda quem tenha tido acesso a essas “verdades” mas, no caso concreto as esqueça, ou, de qualquer forma, as não aplique.

Tenho a tentação de verter esse punhado de verdades em proto provérbios.

Um dos primeiros seria...

Estanco aqui. E num *flash* iluminador parte da minha teoria aqui cai por terra. Pois não é que, em grande medida, se bem procurarmos, existe já essa tradução de grandes teses em anexins? Lembro-me perfeitamente de me ter sido oferecido, pelo dono da Librería González, em Santiago de Compostela, um “Refranero Casero” bastante completo. Boa parte do que acabei por extrair da vida, da experiência, ali se encontrava já. Tinha-me era esquecido.

“Los libros nos dan ciencia y la vida experiencia” – é o ponto 15 dos 33. Perdi, quer dizer, guardei bem demais, o cartaz de sapiências, mas é facilmente localizável via *Internet*.

Um dia terei que comparar essas teses com as minhas decantadas verdades pessoais, ganhas à custa da prática de ser gente, em sociedade. Algumas, já o posso intuir, são no refraneiro galego mais precisas e concretas.

Em vez de a Academia requerer pesadíssimas e intermináveis teses, que na verdade são monografias ou ensaios em que se destilam muitos anos de vida, de há muito que penso que seria mais valioso pedir dos investigadores uma síntese das suas conclusões científicas, sob forma de proposições claras e distintas, verdadeiras “teses” propriamente ditas. Se no plano científico assim é, *a fortiori* o será ao avaliarmos o perfil ético de um vulto qualquer (seria muito interessante em políticos e outros protagonistas da ribalta social). A compleição moral de alguém (pelo menos a projeção que desejaria emitir) bem se poderia aquilatar com uma espécie de currículo, não de façanhas passadas e presentes no plano profissional e afim, mas por uma breve declaração de crenças, sob forma de teses, igualmente.

Evidentemente que estamos no plano da ficção, ou até da utopia.

II. Perguntas e Respostas

1. Oásis

A intuição de Santo Agostinho sobre a mescla das duas cidades⁵, entre as duas cidades, é um achado intemporal, universal, com muitas possíveis repercussões, nos mais diferentes domínios. Curiosamente, ele que, de pagão passaria a maniqueu (e depois a neoplatónico), deu assim uma prova prática de ter cabalmente ultrapassado a heresia de Manes.

Há no mundo muitas realidades feras, cruéis, brutais, injustas... Mas existem frescos oásis, em que tudo parece uma calma pausa e uma doce exceção a essa quase regra (ou regra mesmo) de uma vida penosa, sacrificada.

A questão, assim, depois de tantas desilusões em tão diferentes caminhos globais e de conjunto (alguns chamar-lhes-ão metanarrativas) será não tanto colocar os ovos no

⁵ AGOSTINHO, S. — *De Civitate Dei*, trad. ingl. de Henry Bettenson, *City of God*, reimp., Harmondsworth, Penguin, 1984.

cesto da mudança social exterior e geral, mas na mais comedida (outros dirão “egoísta” – mas acabará por não o ser) busca da Felicidade em bolsas de proteção contra a generalizada loucura e agressão.

O dualismo agostiniano pode ser explorado também como convite a sucessivos pluralismos, e mesmo à demanda do céu no meio dos infernos.. Pelo menos dos infernos terrenos e temporários. Não se pode deixar de recordar esse estudioso de Santo Agostinho (e magrebino como ele) que foi Albert Camus, no seu *O Mito de Sísifo*: “É preciso imaginar Sísifo feliz”⁶.

2.A Serpente e o Jardineiro

Perseverar no mal pode ser diabólico (*perseverare diabolicum*). Mas fazê-lo por um propósito é, em geral, salvo se a conspiração do Universo se revelar muito forte, o azar muito grande (o que significará o mesmo), ou o empenhamento não suficiente, garantia de êxito nessa concreta empresa (ou empreendimento). Infelizmente (mas são os “ossos do ofício”), com frequência um objetivo em que muito afincadamente se persevera tende a ocupar de tal forma a vida do perseverante que ele acabará por se quedar “sem vida”, totalmente devotado à empresa que o absorve inteiramente.

Por muito importante, urgente e nobre que seja uma dessas monomanias, frequentemente profissionais, nada pode substituir a plenitude do viver, que é, deve ser, por definição, um passear e gerir um jardim, como no Éden de Adão e Eva.

A vida foi criada para ser deambulação e ação num jardim. A expulsão do Paraíso terreal deve-se a uma desobediência, ao franquear de um interdito, com o engodo demoníaco de que, comendo do pomo proibido, as pessoas humanas seriam “como deuses”. Omnipotência, omnipresença (ubiquidade), omnisciência e outras afins seriam propriedades do divino... É a tentação geral (sussurrada miticamente pela serpente) de se abandonar a condição humana de simples jardineiro, querendo abraçar mais que a nossa condição permite.

3.Hábitos

Há erros (e talvez haja virtudes, as quais, porém, por vezes acabam por ser vícios, de tão obsidianes) que tendem a repetir-se em certas pessoas. Talvez seja precisa uma grande lição, uma enorme comoção (sentimental, de saúde, de finanças...) para que

⁶ CAMUS, Albert — *Le Mythe de Sisyphe*, trad. port. de Urbano Tavares Rodrigues e Ana de Freitas, *O Mito de Sísifo. Ensaio sobre o absurdo*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 152.

se venha a tomar emenda. Porém, frequentemente, nem isso. Parece que cada um (pelo menos alguns) andam irremissivelmente amarrados a uns tantos hábitos, que não conseguem largar...

4. Elogios & Ambição

Pergunto-me se hoje os mais jovens levam mesmo a sério o que se lhes diz e o que dizem entre si. Por vezes, parece que o seu gosto pela literalidade, o exílio da ironia, a insensibilidade à conotação, os faria viver numa superfície da palavra e do conceito, necessariamente perdendo o melhor da linguagem e da comunicação. O mais difícil, sim, mas o mais significativo, e mais saboroso.

Paul Veyne escreveu um livro interessantíssimo: *Acreditaram os Gregos nos seus Mitos?*⁷ A questão aqui será: devemos acreditar nós, pessoas normais do nosso tempo, no que nos dizem, no que dizemos uns aos outros? Até que ponto há refrangências do sentido literal para o sentido profundo, ou vice-versa?

Começemos por mensagens que nos tocam e agradam particularmente, em geral: as elogiosas. Devemos acreditar nos elogios que recebemos? A resposta é para nós muito simples e direta: não, não se deve acreditar quase nunca nos elogios. São as mais das vezes fúteis e muito mentirosos, além de interesseiros. Nalgumas ocasiões revelam-se mesmo traiçoeiros. Talvez por isso, raramente (e com surpresa minha) me terei vagamente deixado tentar pelo elogio, pelo cumprimento especial, exarado “em ata”, pelo louvor. É humano, mas não deixa de ser um erro. Passado o breve, momentâneo entusiasmo, logo procurei voltar ao normal, de aticismo e grande desconfiança face aos elogiadores, e mais ainda aos bajuladores.

Porém, a atitude em mim mais comum (e que, confesso, me embaraça) é a do estranhamento. Fico “sem graça”, como se o elogio se me não dirigisse, como se o não houvesse sequer entendido.

Em contrapartida, embora haja mil e uma máscaras de falsa modéstia, é muito comum claramente ver, ainda que sob o translúcido da postiza humildade, um espasmo extático de contentamento, um soberano prazer, por parte do elogiado.

Note-se que, quando elogio alguém, tal deve sair-me canhestramente, porquanto, de tão habituadas as pessoas hoje ao panegírico, enfático e deveras exagerado, um

⁷ VEYNE, Paul — *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes?*, Paris, Seuil, 1983, trad. portug. de António Gonçalves, *Acreditaram os Gregos nos seus mitos?*, Lisboa, Edições 70, 1987.

cumprimento sincero e lhano, como aqueles de que sou capaz, se me afigura soar-lhes não necessariamente a falso (a isso se não chegará decerto), mas saber-lhes a pouco. E assim com a água na boca de quererem mais, ficarei eu por avarento em elogios.

O elogio é uma forma de cativar os vaidosos e os ambiciosos. Pelo menos de os aplacar, de os ter do lado de quem elogia, de os neutralizar jogando no seu terreno. Embora haja elogios sinceros, esses pouco contam nestas contabilidades do jogo social do poder simbólico. Porque de poder simbólico se trata, o qual é, frequentemente, antecâmara ou imagem de poder real.

Perante um elogio sincero, um razoavelmente modesto dele merecedor fica sobretudo embaraçado, e, mesmo que não descreia do seu mérito, se for minimamente prudente, desconfiará se o elogiador é sincero ou mero bajulador⁸... Daí que a situação em causa se encontra de tal forma viciada, e o jogo de máscaras tão enganador, que tanto o bem elogiado desdenha do elogio, como o potencial elogiador sincero se chega a coibir de o fazer, ou a moderar-se para não ser mal interpretado. Perante o espanto de agradecimentos académicos muito para além do razoável e do merecido, já bons amigos e mestres nos chegaram a aconselhar que fôssemos ingrato, para não sermos tido por lisonjeador. O que temos seguido as mais das vezes, confessamos, pedindo desculpa a quem não louvámos como mereceria...

Vistas as coisas com algum distanciamento, se o poder real pode ser interessante pela capacidade de comandar as pessoas e o curso dos acontecimentos (quem tem algum poder pode mudar, criar, extinguir, e assim fazer História), já a pura titularidade de cargos sem atividade ou raio de ação determinantes e a celebridade fátua, sem conteúdo, são vaidades ocas, verdadeiras ilusões... Porém, o poder pelo poder, mesmo que não seja para fazer nada, é muito sedutor para os vaidosos, e chega mesmo a haver quem se apreste a desempenhar qualquer papel e até todos os papéis (por exemplo, mudando frequentemente de posição, de partido e até de ideologia, ao sabor dos ventos) apenas para poder vir a desempenhar, ou continuar a exercer algum lugar de proeminência ou poder – ainda que fátuo.

Já Bossuet radiografara perfeitamente esta fação dos ambiciosos, que antes e acima de tudo o são:

⁸ Continua a ser de uma sabedoria imensa e atualíssima o *Quomodo adulator aba mico intermoscatur*. Cf. PLUTARCO — *Como tirar partido dos seus inimigos* seguido de *Como distinguir um bajulador de um amigo*, Mem Martins, Europa-América, 2009, p. 39 ss..

“C’est l’appât ordinaire des ambitieux: ils plaignent toujours le public, ils s’érigent en réformateurs des abus, ils deviennent sévères censeurs de tous ceux qu’ils voient dans les grandes places. Pour eux, que de beaux desseins ils méditent! Que de sages conseils pour l’État! que de grands sentiments pour l’Église! que de saints règlements pour un diocèse. Au milieu de ces desseins charitables et de ces pensées chrétiennes, ils s’engagent dans l’amour du monde, ils prennent insensiblement l’esprit du siècle; et puis, quand ils sont arrivés au but, il faut attendre les occasions, qui ne marchent qu’à pas de plomb, et qui enfin n’arrivent jamais. Ainsi périssent tous ces beaux desseins et s’évanouissent comme un songe toutes ces grandes pensées...”⁹

5. *Passividade e atividade*

Há pessoas quase inexistentes, com vidas sociais apagadíssimas, pensamentos rarefeitos, nenhum sinal deixado na existência coletiva. Deve ser a pensar nessas criaturas que outros, que notam em si terem passado por múltiplas peripécias (públicas ou privadas), se jactam de a sua vida “dar um filme”, ou “um romance”... Esses são os outros, que normalmente esbracejam em permanência, e ainda que não mudem a História, passam a vida numa dobadoira. Seria interessante algum equilíbrio? Cremos que decerto, sim. *In media virtus*. Mas o problema é que cada um tem o seu pleníssimo direito de querer ou não ter uma vida agitada, ser ou não ser conhecido, etc.

Além do mais, é necessário interpretar a questão da “vida ativa” *cum grano salis*. Uma vida toda virada para o privado pode ser extraordinariamente significativa e influente, enquanto uma vida só pública poderá ser nula no plano familiar, por exemplo. A influência em muitos casos é uma questão de sorte (*fortuna*).

6. *Aguilhão do Pensamento*

⁹ BOSSUET — *Sermon sur l’ambition*, 19 de março de 1662.

Há extremos de felicidade (ou, pelo menos, de contentamento) temporária, evidentemente. Podendo ela ser quer atarácica, quer exultante. Mas, em ambas as situações (ressalvada a específica *libido sciendi*, que contudo não será frequente entre o comum dos mortais), a profundidade do espírito (que é sempre uma certa incomodidade) cessa, cede, encolhe-se, perante a sensação, a envolvência de apaziguamento ou de elevação que se aproximará ao contentamento ou felicidade relativa.

O impulso para pensar, razoar, cultivar o espírito pode, é certo, implicar um mínimo de condições de “felicidade de base”, ou, dito de outro modo, um “grau zero” de bem-estar... Mas tem de partir de uma ignição decisiva, de um choque, ou de uma vontade. Sem um aguilhão do pensamento não há grande capacidade especulativa, ou sequer cabal e inteligente fruição cultural, num sentido mais pleno, mais profundo.

Anch'io sono pittore! É célebre mote atribuído a Correggio depois de ter contemplado uma composição de Rafael, que o impressionou deveras. E alguns o repetem, para muitas artes e ofícios, do pensamento e da cultura.

Alguns aí verão uma manifestação de inveja ou de algum outro pecado afim. Oxalá os tempos hodiernos, com todos os seus exageros de individualismo, hajam ao menos contribuído para aplacar essa mania do minimalismo de ambições legítimas, que se autojustifica com uma quantas vezes muito hipócrita humildade. Humildade vera e sã era a de tantos funcionários, artistas e empregados antigos (hoje quase todos já mortos ou reformados), que sem alardes punham a máquina do país (dos diferentes países) a bem funcionar, com uma aplicação e um brio profissionais inexcelíveis. Dedicadíssimos, não se desgraçavam, porém, no vício laboralista, que hoje afeta gravemente muitos trabalhadores e empregadores, ao ponto de se explorarem a si próprios, como afirma Han: “A pessoa explora-se voluntariamente acreditando que está a realizar-se.”¹⁰. E curiosamente, esse esmifrar-se até ao tutano não traz resultados brilhantes... nem para o próprio nem para a sociedade.

Para tal facto, vislumbramos duas explicações: 1) uma coisa é o esfalfar-se sem limites de hoje, mas sem ânimo e *élan*, e outra coisa é a amorosa e artística dedicação do artesão (digamos assim, muito *lato sensu*) de outrora: por muito que hoje se “dê o litro” e “vista a camisola” falta essa adesão sincera do ser que produz resultados mágicos (magia semelhante, contudo, à dos dez anõezinhos da Tia Verde-Água, do

¹⁰ HAN, Byung-Chul — *Do Desaparecimento dos Rituais. Uma Topologia do Presente*, trad. port. de Carlos Leite, Lisboa, Relógio D'Água, 2020, p. 26.

conto popular recolhido por Teófilo Braga¹¹); 2) muito do que hoje muita gente (que antes teria belos empregos criativos e não de matar ou extenuar) é obrigada a fazer, como subprodutos do foco essencial do seu labor, mas frequentemente sobrepondo-se-lhe, são corveias sem sentido, burocracias entediadas, repetitivas e não raro até nocivas, veros pedregulhos de Sísifo de que nunca nos livramos. Com trabalhos destes, nem o mais empenhado “stakhanovista” consegue os bons resultados naturais de outrora.

É preciso sublinhar-se que há uma diferença abissal entre fazer apenas o seu trabalho (por exemplo, ensinar), e fazer esse trabalho embrulhado em burocracias e jogos de poder (estatísticas, avaliações ditas do desempenho, lutas por eleições, coordenações, relatórios, reuniões infundáveis, feiras de vaidades, etc.) que completamente distraem os trabalhadores e os dirigentes da função primacial (neste caso, dos vários tipos de escolas), sem acrescentarem, em regra, nada de novo, ou potenciarem reformas positivas.

7. Prioridades não prioritárias

Quem vive para construir uma obra, qualquer que seja, tem uma existência realmente dedicada a tal. As pessoas normais, que procuram a “felicidade” e, antes de mais, a sobrevivência, que convivem com amigos, têm laços (que cultivam) com a família, que são diligentes *q.b.* nos seus empregos, que consideram, hoje em dia, como perfeitamente naturais inocentes “escapadas” de fim-de-semana e férias nos meses convencionais, essas pessoas não compreenderão nada da lógica de vida que anima os construtores de uma obra pessoal.

Pode ser uma coleção de selos, de porta-chaves, de quadros, de cavalos, ou de discos ou livros. Pode ser a penosa e dispendiosa restauração de uma casa de família, ou o colocar em bom funcionamento um estabelecimento comercial ou uma exploração agrícola que se herdaram. Pode ser o moldar-se a um ideal físico ou mental: implicando ginástica, desporto, ou estudo. Pode ser o atingir um posto, ou um cargo, ou o ganhar uma eleição. Tantos projetos possíveis!

Os objetivos são, em todos os casos, avassaladores, completamente absorventes, não deixando espaço para quase mais nada.

¹¹

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/TEOFILOBRAGA/DEZ_ANOEZINHOS_TIA/DEZ_AN~F.HTM

Evidentemente que se o fito, a obra, for de índole criativa artística, ensaística ou científica, arriscamo-nos a diagnosticar que implicará uma monomania ainda maior. Vive-se para essa obra. Nada mais parece existir.

Como não falar, então, da profunda incompreensão de familiares e amigos pela sistemática ausência e aparente (ou mesmo real) descaso destes trabalhadores a tempo realmente integral e exclusivo, quando chamados para reuniões, festas, confraternizações?

Como podem eles não só esquecer efemérides familiares ou afins, pelos demais acarinhadíssimas, mas também desculpam-se com o sempre muitíssimo trabalho para não podem marcar presença nas mil e uma reuniões sociais, comemorações e encontros que as pessoas consideradas normais sempre organizam, e com muita frequência, deve dizer-se?

Poderia alguém ter uma vida normal, de emprego certo e família e amigos frequentados, e ainda sobrar-lhe tempo para ler, ver filmes, escutar música, e investigar, escrever, palestrar, criar? Tenho as minhas maiores dúvidas. Ou, pelo contrário: tenho a certeza de que são coisas incompatíveis.

Quando alguém se queixa que nunca teve tempo para concluir a sua tese, ou mesmo acabar as cadeiras de um curso incompleto, pode apostar-se que ou é mesmo uma pessoa muito lenta, muito preguiçosa, muito sem ideias e sem disciplina, ou, mais plausivelmente, mais frequentemente, um bom amigo e um familiar presente, que não deixou nunca de estar nas corveias das funções de casa e de fraternidade eletiva. Bom pai, boa mãe, bom cônjuge, bom filho, bom irmão, excelente amigo, não tem tempo senão para isso. E já é muito, muito...

Pode haver prodígios de ubiquidade em alguns, mas, no geral, não se pode servir a dois senhores. Que fará aos tantos que hoje nos solicitam. Por isso, nada de fulminar com maus pensamentos aqueles e aquelas que não progridem nas carreiras e nos empregos. Em muitos casos estão a ter uma vida cheia de atividades de família e de amigos. E certamente essas são, eticamente, mais importantes.

8.Esbanjamento pelos snobs

Uma tese económica (mas sobretudo política, ou com implicações políticas de tomo) é a da raridade dos bens (ou lei da escassez). A partir dessa raridade pressuposta

se contruiu todo um edifício, desde logo assente no custo de oportunidade, que tem no dilema “canhões ou manteiga” uma bela metáfora interpelante.

Nem todos podem ter tudo – é uma verdade. Mas que todos estejam condenados a ter pouco é uma mentira. Sobretudo desde que os tempos modernos (a Modernidade) substituiu a esperança religiosa no fim do mundo por um futuro histórico não apenas aberto¹², mas sem fim, e de progresso – talvez nem sempre linear, mas afinal de contas relativamente seguro (progresso talvez em espiral). O crescimento económico é hoje uma realidade e chega a ser um dogma, muito acreditado, embora o decrescimento tenha os seus cultores, que não deixam de ter razão¹³. Independentemente da teoria desenvolvimentista ou mais minimalista, a verdade é que há hoje no mundo com que “matar a fome à pobreza”, como diria o poeta popular António Aleixo. Em termos globais, a sociedade é *afluente*, não de escassez ou famelismo¹⁴. Em termos concretos, a desigualdade é a regra, e a fome uma realidade em alguns casos.

Seja como for, porém, as sociedades (globalmente consideradas) têm muito mais coisas, muito mais riquezas, e não será amanhã (mesmo com os severos e perigosíssimos constrangimentos energéticos, climáticos e afins) que se começará a desacelerar realmente.

Ora, dada a geral abundância (embora muito mal distribuída – esse é que é o maior problema, de par com o esbanjamento), um curto-circuito de ideias se torna evidente: uma sociedade com bastantes recursos não sabe tratar dos seus membros, de molde a que nela proliferam desapossados, marginais, vítimas de um sistema impiedoso e em grande medida não “meritocrático” (categoria aliás muito discutível na prática), mas selvagem e/ ou aleatório.

Ao mesmo tempo que as formas de compensação e proteção dos mais desfavorecidos não conseguem evitar o crescendo de massas descartadas, as sociedades criam muita riqueza desperdiçada. Mas não é só em mãos ou bolsos de pessoas não esclarecidas que muitos bens e riquezas se esbanjam. Já também classes de pretensos intelectuais, artistas, investigadores, que de uma forma ou de outra vivem largamente à mesa dos orçamentos. Muitas vezes não fazem nada de útil, ou de novo, de positivo. Pior ainda: em muitos casos não se poderá negar que a sua ação seja afinal de contas

¹² BAPTISTA PEREIRA, Miguel — *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do discurso moderno*, Coimbra, Minerva, 1990, p. 75 ss..

¹³ Cf., v.g., LATOUCHE, Serge — *Petit Traité de la Décroissance Sereine*, Paris, Fayard, 2007, trad. Port. de Victor Silva, *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Lisboa, Edições 70, 2011.

¹⁴ Cf. GALBRAITH, John Kenneth — *The Affluent Society*, Boston, Houghton Mifflin Harcourt, 1958.

nociva. Até se poderá dizer que trabalham. Mas o resultado dos seus labores, o fruto do seu esforço (para o caso de o exercerem, e alguns fá-lo-ão), atentarão afinal contra valores estéticos e éticos, é de mau gosto e sem senso (desde logo, frequentemente, nestes casos, sem sentido, ou sem equilíbrio, moderação, “bom senso”).

No domínio estético é onde uma iconoclastia fácil e sem freio pode ser muito claramente observada, perguntando-se quem não estiver contaminado pelo snobismo das modas: para que serve? Qual a razão disto? Ou até, glosando Hermann José, “havia necessidade?”.

Snobs esbanjam. Pode até conceber-se que uma das suas especialidades é esbanjar. Pior é que os há a esbanjarem dinheiros públicos. Ao mesmo tempo que recolhem coroas de loiros. Loiros *fake*, mas loiros, ainda assim.

9.Brave new world

Se uma pessoa educada na cultura média mais ou menos clássica (independentemente de o ter sido em regime democrático, ou autoritário ou totalitário até quiçá) tiver coragem e paciência para apontar (ou encarar) algumas “obras de arte” contemporâneas, mais ainda no terreno das literárias, dramáticas, cinematográficas (ou seja, que supostamente teriam um fio narrativo, contariam uma história), chegará ao fim certamente exausto e até irritado, mas terá ganho o seu dia. Porque essas obras espelham perfeitamente elementos significativos do desastre cultural hodierno.

1)Antes de mais, embora queiram atingir um público vasto, são profundamente elitistas. Falam numa linguagem cifrada, um socioleto restrito, cheio de *private jokes* e afins.

2)Concomitantemente a esse elitismo vem o desprezo (por vezes até explícito) pelas massas, pelo público que querem cativar. Mas que afugentam, e até chegam a invetivar.

3)Pretendem *épater le bourgeois*, mas o burguês já não se choca com nada. Crescem os palavrões, os insultos, até as cenas chocantes. Sobem a parada, para nada. E as obras tornam-se cada vez mais vulgares.

4)Para certificar um público fiel elitista mais ou menos certo, afadigam-se a acumular temas, tópicos, expressões da moda. Mas é apenas um procedimento de reconhecimento mútuo, uma espécie de *santo e senha* que

redunda não em qualquer significação, mas em afastamento cada vez maior dos não iniciados nesses mantras.

5) Se as palavras são superabundantes, as ideias são elementaríssimas (frequentemente se reduzindo a meros chavões), contraditórias (não resistindo a uma crítica mais ou menos básica), e mesmo se poderá em muitos casos simplificar avançando a própria falta de ideias.

Que mensagem, afinal, se nos pretende transmitir? Tudo se queda na *performance* barroca e esquizofrénica, com tiques pretensamente moderníssimos e culturais. Todavia não se chegando a lado nenhum.

III. *Paradoxos atuais*

Além de fazerem a alguns perder o seu tempo, mistificarem e confundirem os espíritos mais fascináveis, este tipo de testemunhos ou documentos do nosso tempo evidenciam, na concentração e síntese “artística”, o geral desnorte contemporâneo.

A máquina continua a andar (o *show* não pode parar – nenhum *show!*), mas, em muitos aspetos, parece não haver a mais pequena noção de como resolver os grandes problemas atuais. Já não é mau que sejam elencados. Porque alguém disse (cremos que Karl Jaspers) que a pergunta leva à resposta. Assim pudesse ser. O barroquismo é afinal um estilo muito apropriado ao momento que passa, porque se trata, tudo bem ponderado, de um grande, gigantesco, novo *horror vacui*. Temos a sensação do Nada, e queremos tapar o sol negro com uma peneira...

Haverá assim uma nova “cruzada” (*hoc sensu*) a empreender. Desde logo, pela intencionalidade e pelo sentido.

Ao verem os desperdícios de subsídios públicos (e até privados... porque o grande privado muito imita o público) em obras mais ou menos de fachada (muitas delas pequeníssimas obras... efémeras mesmo), os populistas encontraram um filão sem fim de contestação. E, realmente, talvez seja das poucas coisas em que se lhes poderia dar alguma pequena razão... As verbas despendidas em fogos de vista poderiam e deveriam, pelo mundo fora, ter melhor destino. Paradoxalmente, a sedução do faraónico é muito grande, talvez porque haja uma vertigem de deixar sulcos indeléveis na História. E, contudo, grandes causas, quiçá mais imateriais, mas igualmente ou redobradamente perenes, não faltariam... E, todavia, acredita-se encontrar a imortalidade em *poikilia* sem sabor e sem rasto...

Ora, quando se chega a este nível (grau abaixo de zero) de ter que dar razão pontual até à demagogia, tal é o momento de tocar a rebater os pesados sinos do pensamento crítico e conchamar os criadores a uma nova Arte, desde logo literária. Porque esta última direta e imediatamente fala... E estamos em tempos de *déficit* de interpretação.

É no estudo e no aprender a gostar dos clássicos que se esmera o caráter, se desenha o superego dos valores e das virtudes, se ganha a robustez de uma cosmovisão ou mundividência. Além do treino do estilo e das artes da retórica, essencial para quem se encontra na *Ágora*.

A perspectiva demissionária dos estados democráticos será um dos grandes responsáveis pela sua eventual queda. Seria a hora (e já se vai tarde) de investir meios, tempo e empenhamento na ética republicana e numa educação e cultura críticas, criativas e democráticas, em profundidade e não apenas em *faits divers* de números e banalizações.

Não se acalentem dúvidas: a dissipação, a corrosão, o *bota-abaixo* gratuito, um péssimo surrealismo serôdio, só levam água ao moinho das pulsões autoritárias e mesmo ditatoriais, que nunca deixam de crescer no subsolo das nossas avenidas de Liberdades. A questão é se são alimentadas ou não pelo mundo da superfície.

IV. Implicações Jurídicas

Embora a algumas mentalidades menos imaginativas, mais burocráticas e mais autoritárias pareça que o modo indicativo¹⁵, em que as leis são em regra redigidas, será sinal de uma descrição plácida da realidade tal como ela efetivamente seria (e não como na realidade é), o certo é que da vontade da lei (*voluntas legis*) à efetivação prática de uma norma e da malha geral do sistema normativo (englobando outras fontes do Direito ainda) vai uma grande distância e um considerável esforço.

A descrição académica mais rigorosa e extensa de uma ordem jurídica, no seu estado “puro”, só a espaços coincide totalmente com a realidade jurídica vivida. Isso a que, em Direito Constitucional, se chama “constituição real” é o ser sociologicamente apreciável da Constituição escrita, dita tecnicamente “constituição formal”¹⁶. Há entre

¹⁵ VILLEY, Michel — *Indicatif et impératif juridiques. Dialogues à trois voix. I - De l'indicatif dans le droit*, “Archives de philosophie du droit” número monográfico sobre *Le langage du droit*, 19, Paris, Sirey, 1974, pp. 33-61.

¹⁶ Sobre estes conceitos, por todos o nosso *Direito Constitucional Geral*, 4.^a ed., Curitiba, Intersaberes, 2022.

uma coisa e outra não poucas divergências, ainda que, em geral, de alguma subtileza. A menos que se esteja num regime de constituição puramente nominal, o que é normalmente o caso de ditaduras práticas, na “vigência” só teórica (“formal”) de textos constitucionais democráticos.

Também se diz amiúde que a lei foi criada para os “maus”, não para os cumpridores. E que, uma vez pensada uma lei, logo é arquitetada uma malícia para a poder defraudar.

Não será árduo concluir que o bom funcionamento de uma sociedade, não apenas no plano da eficiência e competência, como da justeza e justiça das relações sociais, decorre, é certo, de boas leis, e da sua plena ou pelo menos razoável aplicabilidade. Porém, para se conseguir alcançar uma coisa e outra, é mister que a sociedade (que não se pode isolar como sem lei – sempre nela alguma lei vigora, com maior ou menor sucesso) seja ao mesmo tempo dócil relativamente a boas leis e reativa frente a más leis, nomeadamente as leis injustas. É um tipo de psicologia equilibrado e moderado, esse, mas que nem sempre nos é dado ver. Normalmente, é-se apenas conformista e conformado, sempre, ou inconformista e inconformado, em todas as ocasiões. E a capacidade de discernir o que são boas leis, ou pelo menos normas razoáveis, de leis absolutamente injustas, nem sempre é muito difundida. Seria muito necessário um treino precoce das pessoas para que exercitassem o seu sentido de Justiça, que, podendo ser inato, contudo necessita de prática. Nem todos serão Antígona ou Job.

Um Direito não pode deixar de conter algumas máximas decorrentes de valores muito gerais (universais), mas precisa também de adequação concreta à sociedade a que se dirige, no seu preciso tempo. Não que seja arrastado pelo sociologismo ou pela demagogia eleitoralista. Apenas porque há problemas concretos que diferem de aqui para ali, como de ontem para hoje.

Perante as dificuldades enunciadas próprias da sociedade hodierna, não renunciamos, de modo algum, à necessidade de se superarem os paradigmas objetivista e subjetivista do direito clássico e do direito burguês, procurando ir implantando um direito fraterno humanista. Apesar de todas as dificuldades, acrescidas até nos últimos tempos, nomeadamente pelo crescendo do belicismo e do populismo.

Porém, se se trata de vir a concretizar um Direito mais dúctil, mais atento às partes, mais consensual, mais dialogante, não pode deixar, do mesmo modo, de ser uma normatividade que não tolera terrorismos, crimes hediondos, nem uma antijuridicidade

sistemática própria da iliteracia do Direito e do descaso com a dignidade dos outros, muito evidente na falta de maneiras e na total ausência de solidariedade. A boa educação é escola de cidadania e afasta do crime, em geral. Claro que pode haver criminosos *gentlemen*, mas falamos da massa do crime...

Um Direito fraterno humanista exerce com ponderação a autoridade democrática, e é uma forma de vivência da própria ética republicana, com valores e com virtudes cívicas.

Entendidas estas realidades do espírito em termos hábeis, com subtileza e inteligência, não há qualquer incompatibilidade entre um Direito que aboliu a fereza do *dura lex sed lex*, mas que se impõe, como diria o lema chileno, *por la razón o por la fuerza*. Primeiro, pela razão. Naturalmente. Mas, se preciso for, pelo uso da coercibilidade, que é, precisamente, uma das características últimas do Direito.

A juridicidade não pode ser uma questão de popularidade ou *marketing*, mas lida com questões profundas, que naturalmente agradarão a uns, e desagradarão a outros. O mesmo ocorre com a Educação, por exemplo. Se formos baixar o nível de exigência nas escolas ao ponto de todos serem tidos por doutores, sem precisarem de dar nenhuma prova, evidentemente que o tecido social se corrompe.

Vejamos a Justiça. Há que compreender (e praticar) que a própria equidade¹⁷ (e até arriscaríamos dizer que um tanto de misericórdia) são parte da própria Justiça, mas a máquina do justo e do injusto não é um jogo de cabra-cega, nem uma roleta, nem uma administração de simples paliativos sociais. É a sério. Sabe-se como o populismo critica nem sequer a brandura de alguns julgados, mas a própria aplicação da lei, que não seja o Talião, ou mesmo mais que isso. Sabe-se que há setores sociais muito ávidos de sangue e vingança. Porém, uma Justiça exagerada, meramente punitivista, do *aço frio das espadas*, como disse Teixeira de Pascoaes, não é mais eficaz, nem sequer mais justa.

E, contudo (a virtude está no meio), também não se pode esboroar a seriedade e as funções e fins das penas, todas elas e todos eles. Pode mesmo sublinhar-se (recordando Hegel) que o próprio criminoso tem direito a ser condenado. Mas de acordo com a sua culpa e nessa medida. E ainda esperando que se venha a converter num cidadão amigo das Leis. Fazendo por isso, procurando formas da sua ressocialização. Sabemos que é difícil, mas não se pode renunciar a esse justo e generoso ideal.

¹⁷ BRAZ TEIXEIRA, António — *Reflexão sobre a Justiça*, in “Nomos. Revista Portuguesa de Filosofia do Direito e do Estado”, n.º 1, janeiro-junho 1986.

Temos que ponderar que uma sociedade individualista, sem solidariedade, apressada, excessivamente virada para o trabalho, e mais ainda para o lucro e o prazer e o poder, pouco amiga das crianças e dos velhos, enfim, com todos os traços que vimos anteriormente, não poderá ser muito adepta da *arte boa e équa*. O Direito tenderá a ser encarado de forma instrumental, como guarda da propriedade, sobretudo. O que é uma grande limitação das suas funções, e até da sua lição cultural e civilizacional.

Não tenhamos ilusões sobre o caráter do Direito e a sua função social: não tem artes mágicas para mudar a sociedade. Mas também não pode ser um simples guarda noturno que vigie a já dada distribuição de bens e proteja quem os tem de quem os cobiça, mantendo, como dizia Agostinho da Silva, as sebes bem altas e a divisão prévia de quem chora e de quem ri.

Há, no projeto profundo e radical da juridicidade, uma vontade de Justiça que não é a do simples manter o *statu quo*. Por isso se diz que essa vontade é “constante e perpétua” (*constans et perpetua voluntas*). Ainda há estudantes que vão para o curso de Direito porque almejam a que *se faça mais justiça neste mundo*¹⁸. Esperando-se que o seu amor pela Justiça só cresça, ao longo do tempo de estudo e durante a sua atividade profissional¹⁹. E que vivam conseqüentemente essa paixão!

Recebido para publicação em 29-09-24; aceito em 04-10-24

¹⁸ LOMBARDI-VALLAURI, Luigi — *Corso di filosofia del diritto*, Pádua, Cedam, 1978, nova ed. 1981.

¹⁹ BOULAD-AYOUB, Josiane / MELKEVIK, Bjarne/ROBERT, Pierre (dir.) — *L'Amour des Lois. La crise de la loi moderne dans les sociétés démocratiques*, Les Presses Universitaires de l'Université Laval/L'Harmattan, Québec/Paris, 1996. E o nosso *Amor Iuris, Filosofia Contemporânea do Direito e da Política*, Lisboa, Cosmos, 1995.